



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE, REALIZADA AOS 12 DE MAIO DE 2026:

Ao décimo segundo dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, nas instalações da Câmara Municipal de Esposende, realizou-se a 51.^a reunião ordinária da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), sob a presidência do Doutor Carlos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Esposende (CME), estando presentes os seguintes membros, com direito a voto:

- **Carlos Rio**
(Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas)
- **Carlos Vilas Boas**
(Presidente da Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende)
- **Graça Fonseca**
(Chefe de Divisão da Integração de Políticas Territoriais, CCDR-Norte, I.P.)
- **Jorge Dias**
(Diretor do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade do Norte, ICNF, I.P.)
- **Manuel Losa**
(Presidente do Conselho de Administração da EAmb – Esposende Ambiente, E.M)
- **Patrícia Silveira**
(Chefe da Divisão de Recursos Hídricos do Litoral da Administração da Região Hidrográfica do Norte)
- **Raúl Fangueiro**
(Pró-Reitor para a inovação, empreendedorismo e transferência de conhecimento da Universidade do Minho)

Participaram ainda, sem direito a voto, as seguintes personalidades, instituições ou serviços:

- **Anabela Almeida**
(Diretora do Departamento de Promoção da Sustentabilidade | EAmb – Esposende Ambiente, E.M.)
- **Artur Viana**
(Técnico Superior, Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Norte | ICNF, I.P.)
- **Carlos Ferreira**
(Técnico Superior, Gabinete Técnico Florestal | Câmara Municipal de Esposende)
- **Fátima Escrivães**
(Vereadora do Município de Esposende)
- **José Ferreira**
(Divisão de Planeamento e Projeto | Câmara Municipal de Esposende)
- **Pedro Capitão**
(Diretor do Departamento de Resíduos e Espaços Verdes | EAmb – Esposende Ambiente, E.M.)
- **Raquel Leite**
(Chefe da Unidade de Atividades Económicas | Câmara Municipal de Esposende)
- **Susana Jorge**
(CCDR-N, I.P.)
- **Vasco Ferreira**
(Técnico afeto à Cogestão da Área Protegida)

A reunião foi secretariada por Vasco Ferreira, técnico afeto à Cogestão da Área Protegida no âmbito do Projeto «Cogestão de áreas protegidas 2025-2028», aprovado pela Portaria n.º 247/2025/2, de 4 de abril. Havendo quórum [*estando presentes fisicamente na reunião ou a participar através de meios telemáticos, pelo menos, um terço dos seus membros, com direito a voto*], a sessão teve início às dez horas, com a declaração de abertura da reunião por parte de Carlos Silva.

Apresentou-se a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. [*deliberação*] Aprovação da Ata da reunião ordinária de dia 13 de abril de 2026 (50.ª reunião);
2. [*informação*] Intervenções em passadiços;
3. [*informação*] Workshop PNRN – Ecossistemas marinhos, 27 de abril / MAPEAMENTO, INTERPRETAÇÃO E RESILIÊNCIA AMBIENTAL NO PARQUE MARINHO DO LITORAL NORTE – Aprovação da candidatura;
4. [*deliberação*] III Edição do concurso de fotografia “Um olhar Natural” e Dia aberto do PNLN – 21.º aniversário;
5. [*deliberação*] Exposição “O Mar como Tema Literário”; “Esposende Mar de Vida” [*exibida na marginal de Esposende de 2 de junho a 30 de julho de 2016*] – sugestões de integração no *Águas Vivas Fórum Fest* (6 a 28 de junho);
6. [*informação*] Desafetação de zonas de caça no PNLN;
7. [*informação*] BlueActionAA (BAAC-01), no âmbito do programa *Horizon Europe*;
8. [*informação*] PTRR - Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência – possibilidades de financiamento;
9. [*informação*] Convocatória LIFE 2026;
10. [*informação*] NORTE2030-2024-86 - CENTRO DE VALORIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA EM BIOSISTEMAS COSTEIROS (CVTT-BC) – Estado da submissão da candidatura.

[*Outros assuntos*]

- Renovação do mandato da Comissão de Cogestão;
- Lavagante centenário capturado em Esposende acolhido pela Estação Litoral da Aguda;
- Lista das candidaturas hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação (VGO) nos termos do AAC n.º 05/2025 -

“Cogestão de Áreas Protegidas 2025-2026 – Componente II – Dinamização de Áreas Protegidas”.

- Apresentação Arboreto Municipal;

11. *[informação]* Encerramento e agendamento da 52.^a reunião.

[ponto 1.] Iniciando a reunião, procedeu-se à apreciação da Ata da reunião de dia 13 de abril de 2026:

A COMISSÃO DE COGESTÃO DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA 50.^a REUNIÃO.

[ponto 2.] Avançando para o ponto 2 da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente, Carlos Silva, apresentou algumas considerações relativas ao futuro passadiço enquadrado na Ação 2 – “Salvaguarda dos valores naturais existentes no estuário do Cávado” do projeto REPHIC – Recuperação e Proteção de Espécies e Habitats no Estuário do Cávado, integrado no Programa Regional do Norte 2021–2027 (NORTE 2030). O Sr. Presidente referiu que o passadiço pré-existente foi interditado por motivos de segurança, tendo solicitado à Eng.^a Raquel Leite um ponto de situação relativamente ao estado do processo.

No uso da palavra, Raquel Leite informou que o procedimento se encontra atualmente em fase de numeração de contratos, encontrando-se a adjudicação concluída e o contrato preparado para assinatura. Foi ainda referido que, após a consignação da obra, estimada para ocorrer num prazo aproximado de quinze dias, será possível dar início aos trabalhos.

Carlos Silva referiu que, na sequência dos danos provocados pelas intempéries do inverno, foi realizada uma reunião com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a qual classificou como produtiva, tendo sido acordada a necessidade de realização de uma intervenção de remodelação dos passadiços existentes no Parque Natural. Foi ainda referido a necessidade de investir cerca de 150 mil euros na requalificação dos passadiços danificados. O Sr. Presidente informou que, em S. Paio de Antas, os trabalhos se encontram praticamente concluídos, faltando apenas pequenas intervenções pontuais. Relativamente a Belinho, indicou que as obras de manutenção se encontram em curso, subsistindo, contudo, intervenções por concluir ao nível do acesso à praia.

No uso da palavra, Artur Viana esclareceu que o referido acesso se encontra atualmente encerrado, em virtude da existência de uma arribada de erosão com cerca de dois metros de altura, representando um risco para os utilizadores. Foi ainda referido que, no âmbito da remodelação prevista, será estudada a criação de um novo acesso à praia.

No âmbito da discussão relativa ao passadiço a construir na Praia da Ramalha, Carlos Silva, informou que se encontra em desenvolvimento um projeto destinado a assegurar a ligação do referido passadiço para sul, até à Praia da Estela, no concelho da Póvoa de Varzim. Nesse contexto, solicitou ao Arq.º José Ferreira, da Divisão de Planeamento e Projeto da Câmara Municipal de Esposende, a apresentação da proposta, indicando que se pretendia, numa fase inicial, recolher opiniões e contributos das entidades presentes, antes da solicitação formal de parecer ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., e à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Após a apresentação do projeto, o qual prevê a utilização de materiais em plástico reciclado em substituição da madeira, bem como a ampliação da área de estacionamento, Carlos Silva referiu que o avanço da intervenção poderá depender da conclusão do regulamento de gestão de praias *[O regulamento de gestão de praias, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., define as normas de uso, ocupação e segurança nas praias marítimas, integradas nos Programas da Orla Costeira. Estes regulamentos definem o ordenamento da orla costeira, incluindo apoios de praia, zonas balneares e a proteção dos recursos naturais]*. Referiu ainda que se encontra agendada, para a semana seguinte, uma reunião com o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., tendo manifestado a intenção de transmitir a pretensão do Município de Esposende em assegurar a ligação entre a Praia da Ramalha e a Praia da Estela.

No uso da palavra, Sílvia Silveira informou que o referido regulamento se encontra em fase final de validação, considerando, contudo, pouco provável que o mesmo venha a estar concluído e publicado a tempo da presente época balnear, prevendo-se a sua publicação antes do início da próxima.

No uso da palavra, Jorge Dias alertou para a necessidade de assegurar a devida articulação institucional, salientando que o projeto carecerá de emissão de parecer por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. Foi referido que a intervenção se localiza em área classificada como Zona de Proteção Parcial Tipo I,

podendo igualmente abranger áreas integradas na Rede Natura 2000 e habitats prioritários cartografados, circunstâncias que exigirão uma análise técnica cuidada. Neste contexto, foi solicitado que os elementos do projeto sejam remetidos com a maior brevidade possível, de forma a permitir a sua apreciação atempada e evitar futuros constrangimentos processuais, designadamente no âmbito de eventuais candidaturas a financiamento que dependam da obtenção prévia de parecer favorável.

[ponto 3.] Vasco Ferreira informou que participou, no dia 27 de abril, num *workshop* organizado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. e pela Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, relativo ao Plano Nacional de Restauro da Natureza, em particular à componente dedicada aos ecossistemas marinhos, onde foi apresentado o respetivo relatório técnico de base. No âmbito da apresentação efetuada à Comissão de Cogestão, foi referido que o documento constitui a base técnica nacional para a implementação do Regulamento Europeu do Restauro da Natureza no meio marinho, incidindo sobre habitats costeiros, de plataforma continental e de mar profundo. Foi destacado que um dos principais objetivos do trabalho consiste no mapeamento e quantificação da área atual dos habitats marinhos abrangidos pelo regulamento, nomeadamente leitos de ervas marinhas, florestas de macroalgas, jazigos conculícolas, leitos de maërl, leitos de esponjas e corais, fontes hidrotermais e sedimentos moles, constituindo a primeira *baseline* nacional integrada destes habitats, baseada em cartografia existente, levantamentos hidrográficos, observações diretas e informação científica produzida por diversas entidades nacionais. Foi igualmente salientado que o diagnóstico nacional evidencia importantes lacunas de conhecimento e insuficiência de mapeamento detalhado em vários grupos de habitats, tornando prioritário o investimento em cartografia ecológica, monitorização e produção de conhecimento científico aplicado, essenciais para a definição das áreas de referência favorável e das futuras metas de restauro ecológico até 2030, 2040 e 2050.

Na sequência desta contextualização, Vasco Ferreira manifestou satisfação por, poucos dias depois, a 4 de maio, ter tido conhecimento da aprovação do projeto “MIRAMAR – Mapeamento, Interpretação e Resiliência Ambiental no Parque Marinho do Litoral Norte”, submetido pelo Município de Esposende no âmbito do aviso MAR2030-2025-17 – Execução da Estratégia de Desenvolvimento Local do GAL Costeiro Litoral Norte.

Foi referido que a operação tem como objetivo reforçar a conservação e valorização dos ecossistemas marinhos do Parque Natural do Litoral Norte, através da produção de conhecimento científico aplicado, ações de sensibilização ambiental e desenvolvimento de ferramentas de apoio à gestão do território.

No âmbito da apresentação, foi destacado que o projeto prevê três ações principais: uma campanha de valorização das florestas submarinas e recifes biogénicos do Parque Marinho, a produção de materiais de promoção e sensibilização do território e o mapeamento georreferenciado das florestas submarinas de *kelp* e dos recifes biogénicos de *Sabellaria alveolata*, constituindo a primeira base de referência espacial detalhada destes habitats no Parque Natural do Litoral Norte.

Foi igualmente referido que o projeto contempla ações de educação ambiental, palestras em escolas, instalação de painéis interpretativos, produção de brochuras e um *booklet*, bem como a realização de uma exposição itinerante dedicada ao património marinho do litoral norte.

Por fim, Vasco Ferreira deu conhecimento à Comissão de Cogestão de que a candidatura do Município de Esposende obteve parecer favorável no âmbito do MAR2030, apresentando uma pontuação final de 92,50 pontos num máximo de 100 pontos.

Raquel Leite esclareceu que a candidatura aprovada corresponde a um investimento elegível validado de 83.886,00 euros, integralmente aprovado, sendo a comparticipação nacional suportada pelo Município de Esposende no montante de 25.145,80 euros.

[*não previsto na OT*] Seguidamente, Raquel Leite apresentou o Aviso AAC n.º 04/2026 – Programa «Floresta Azul – Restauro Ecológico de Pradarias Marinhas», que visa apoiar projetos de mapeamento, monitorização, restauro ecológico e valorização das pradarias marinhas em Portugal, reconhecendo a sua importância para a biodiversidade, sequestro de carbono azul e resiliência costeira. O programa apoia ações como cartografia de habitats, intervenções de restauro, criação de viveiros, estudos técnico-científicos e iniciativas de sensibilização ambiental, podendo financiar projetos até 180 mil euros, com uma dotação global de 1 milhão de euros.

Foi, contudo, esclarecido que no território do Parque Natural do Litoral Norte não se encontram identificadas pradarias marinhas, pelo que o referido aviso não apresenta aplicabilidade direta neste território.

[*não previsto na OT*] Prosseguindo, Raquel Leite apresentou o Despacho n.º 5780/2026, de 5 de maio, que aprova a criação da iniciativa «RE:NATURE 2000 – Restauro ecológico em áreas da Rede Natura 2000», destinada a apoiar a implementação do Plano Nacional de Restauro da Natureza e a recuperação de habitats e espécies prioritárias em áreas classificadas. Foi referido que a iniciativa se enquadra no Regulamento Europeu do Restauro da Natureza e abrange ecossistemas terrestres, costeiros, de água doce, florestais e populações de polinizadores, incidindo nas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE) com planos de gestão aprovados. Foi ainda destacado que a iniciativa dispõe de um financiamento global superior a 11,9 milhões de euros, assegurado pelos EEA Grants, prevendo um aviso-concurso com taxa de cofinanciamento de 90% dirigido a entidades públicas, universidades, associações e organizações não-governamentais.

[*ponto 4.*] No relativo à terceira edição do concurso de fotografia “Um Olhar Natural” e ao Dia Aberto do Parque, Vasco Ferreira informou que a plataforma digital do concurso já se encontra plenamente funcional, tendo sido realizadas diligências junto da empresa responsável e efetuados ajustamentos internos que permitiram otimizar os custos associados. Foi ainda referido que o concurso abrirá oficialmente no dia 15 de maio, dentro de aproximadamente dois dias, tendo sido solicitado às entidades presentes o máximo apoio possível na divulgação da iniciativa, com o objetivo de alcançar o maior número de participantes e reforçar a visibilidade do concurso e do Parque Natural do Litoral Norte.

Foi discutido o modelo de realização da cerimónia de entrega de prémios da III edição do concurso de fotografia “Um Olhar Natural”, designadamente se a mesma deveria ocorrer em conjunto com o Dia Aberto do Parque Natural do Litoral Norte ou em momento distinto, bem como a definição do local mais adequado para a sua realização.

Na sequência desta introdução, decorreu uma ampla discussão entre os membros da Comissão de Cogestão relativamente à data, localização e formato do evento, tendo sido debatidas diferentes possibilidades, nomeadamente a realização no Auditório Municipal, no Posto de Turismo, na sede do Parque Natural ou ao ar livre, no Largo Rodrigues Sampaio. Foram igualmente abordadas questões relacionadas com a capacidade dos espaços, a adequabilidade para acolhimento de exposição fotográfica, a possibilidade de integração de momentos culturais ou outras iniciativas de atração de público, bem como as vantagens e desvantagens da realização do evento durante o fim de semana ou em horário pós-laboral

num dia útil. Foram ainda ponderadas a necessidade de assinalar institucionalmente o aniversário do Parque Natural do Litoral Norte e eventuais conflitos de calendário com outros eventos, nomeadamente a Galaicofolia:

A COMISSÃO DE COGESTÃO DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ASSOCIAR A CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS DA III EDIÇÃO DO CONCURSO DE FOTOGRAFIA “UM OLHAR NATURAL” ÀS COMEMORAÇÕES DO 21.º ANIVERSÁRIO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE, A REALIZAR NO DIA 21 DE JULHO, NO AUDITÓRIO MUNICIPAL DE ESPOSENDE.

[*ponto 5.*] Vasco Ferreira recordou que, na reunião anterior, realizada a 13 de abril, tinha sido lançado à Comissão de Cogestão o desafio de integração no evento “Águas Vivas Forum Fest”, organizado pela Rio Neiva – Associação de Defesa do Ambiente, em parceria com o Município de Esposende. Nesse contexto, referiu que, na sequência de contactos estabelecidos entre a Associação Rio Neiva e a Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, foi proposta a integração da exposição “O Mar como tema literário” no referido festival. Foi salientado que esta exposição, na qual Vasco Ferreira participou anteriormente através da cedência de fotografias ilustrativas de poemas, integrará o programa do evento.

Foi ainda referido que, procurando identificar outras formas de apoio ao “Águas Vivas Forum Fest”, dedicado aos temas da água, do mar e do território, surgiu a possibilidade de recuperar a exposição “Mar de Vida”, anteriormente patente ao público na zona marginal entre as Piscinas Foz do Cávado e a Lota, entre junho e julho de 2016. Foi explicado que os conteúdos da exposição foram preparados por Vasco Ferreira e consistiam na divulgação de fotografias subaquáticas destinadas a dar a conhecer a biodiversidade marinha existente no Parque Marinho do Litoral Norte. A iniciativa foi promovida pelo Município de Esposende, com o apoio da Esposende Ambiente, E.M., e do Centro de Mergulho e Ecologia Marinha do Forum Esposendense.

Por fim, foi sugerido que, caso a exposição ainda exista e se encontre em condições adequadas de conservação, a mesma possa voltar a ser exibida em espaço público exterior, contribuindo simultaneamente para a divulgação da biodiversidade marinha, valorização do Parque Natural do Litoral Norte e apoio ao “Águas Vivas Forum Fest”, sem custos adicionais para o Município.

[*ponto 6.*] Foi recordado que, em reuniões anteriores, a Comissão de Cogestão havia discutido

por diversas vezes a incompatibilidade entre a atividade cinegética e os objetivos de conservação da natureza, visita pública e fruição do território no Parque Natural do Litoral Norte. Foi referido que a Comissão deliberou aos 9 de setembro de 2025, por unanimidade, defender a desafetação das zonas de caça existentes no território do Parque Natural, atendendo à incompatibilidade entre a presença de caçadores armados e a crescente utilização do território por visitantes, utilizadores dos percursos pedonais e peregrinos.

No uso da palavra, Carlos Ferreira referiu ter identificado enquadramento legal potencialmente aplicável à situação, nomeadamente a Portaria n.º 873/93, de 14 de setembro, a qual estabelece a interdição do exercício da caça dentro dos limites da então Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.

Foi salientado que a referida portaria fundamentava a interdição na sensibilidade ecológica da área, na presença de ecossistemas dunares, praias, estuários integrados em corredores migratórios para a avifauna e na inexistência de tradição venatória significativa no território.

Carlos Ferreira sugeriu ainda que a referida legislação fosse remetida aos serviços jurídicos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., no sentido de ser avaliado se, na sequência do atual enquadramento jurídico e territorial do Parque Natural do Litoral Norte, se mantém em vigor a referida interdição da atividade cinegética.

Carlos Ferreira referiu que, caso se confirme a manutenção em vigor da Portaria n.º 873/93, de 14 de setembro, o processo de interdição da atividade cinegética no território do Parque Natural do Litoral Norte ficará significativamente simplificado, evitando um procedimento mais moroso de desafetação parcela a parcela junto dos respetivos conselhos cinegéticos. Foi salientado que esse procedimento seria de difícil execução à escala de toda a faixa litoral do concelho de Esposende, pelo que a confirmação da vigência da referida portaria permitiria assegurar, de forma imediata e abrangente, a interdição da caça em toda a área correspondente à antiga Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende.

No uso da palavra, Manuel Losa recordou que existem outras áreas do concelho de Esposende não integradas no Parque Natural do Litoral Norte onde também poderá ser necessário proceder à desafetação da atividade cinegética, nomeadamente na zona abrangida pelo percurso pedestre do Canal Intercetor. Em resposta, o Sr. Presidente, Carlos Silva, referiu que deverá ser aproveitada esta análise para avaliar as possibilidades de interdição da atividade cinegética, quer no percurso do Canal Intercetor, quer no território do Parque Natural do Litoral Norte.

[ponto 7.] Avançando para o ponto 7 da ordem de trabalhos, relativo à apresentação de uma candidatura no âmbito da *BlueAction Call*, integrada no programa *Horizon Europe*, Vasco Ferreira recordou que o assunto já havia sido abordado em reuniões anteriores, questionando se existia decisão quanto ao eventual avanço de uma candidatura.

No uso da palavra, Fátima Escrivães informou que foi realizada uma reunião com a Rio Neiva – Associação de Defesa do Ambiente, durante a qual foi analisada a possibilidade de desenvolvimento de uma candidatura conjunta. Referiu que o assunto permanece em análise, não existindo ainda decisão definitiva, tendo sido equacionada a possibilidade de envolvimento da Rio Neiva, do Município de Esposende e da Esposende Ambiente, E.M., atendendo à componente colaborativa exigida pelo aviso. Foi indicado que uma eventual candidatura deveria centrar-se em ações relacionadas com limpeza de praias e envolvimento comunitário.

Por sua vez, Raquel Leite referiu que a Associação Rio Neiva se disponibilizou para assumir a liderança da candidatura, esclarecendo, contudo, que ainda não houve articulação relativamente a esta nova abordagem de centrar a candidatura no lixo marinho, uma vez que a proposta inicialmente apresentada pela associação se encontrava muito centrada na Ecovia do Litoral, entendendo-se que tal enquadramento não se ajustava aos objetivos do aviso.

Fátima Escrivães acrescentou que a proposta inicialmente apresentada pela Rio Neiva, A.D.A., não se revelou financeiramente atrativa, tendo ficado acordado avaliar a possibilidade de reformulação conjunta da candidatura, designadamente através do desenvolvimento de ações de recolha de resíduos e participação comunitária.

No uso da palavra, Manuel Losa alertou para a necessidade de o eventual projeto apresentar uma componente mais abrangente e inovadora, referindo que uma candidatura centrada exclusivamente em ações de limpeza de lixo poderia revelar-se insuficiente no contexto do aviso. Fátima Escrivães referiu ainda que, caso se entenda existir potencial de enquadramento, poderá ser agendada nova reunião, com brevidade, para aprofundar a análise da oportunidade.

O Sr. Presidente, Carlos Silva, salientou a necessidade de maior celeridade na tomada de decisão relativamente a oportunidades de financiamento, referindo que o assunto se encontra em discussão há mais de dois meses.

Por fim, Raquel Leite referiu que uma das dificuldades identificadas prende-se com o facto

de estar a ser forçada a construção de uma candidatura sem um conceito suficientemente consolidado, alertando para os riscos de avançar com uma proposta apenas para efeitos de submissão.

[ponto 8.] Foi efetuada uma análise preliminar às possibilidades de financiamento e aos constrangimentos associados à recuperação dos danos provocados pelas intempéries no Parque Natural do Litoral Norte, no âmbito do PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência. Foi referido que os fenómenos meteorológicos extremos de janeiro e fevereiro de 2026 provocaram danos significativos em infraestruturas costeiras, sistemas dunares, arribas, linhas de água e equipamentos de apoio, tornando necessária uma resposta articulada entre recuperação imediata e reforço da resiliência futura.

No que respeita às oportunidades de financiamento, foi destacado que o plano prevê apoios para intervenções em defesa costeira, recuperação ambiental, estabilização de dunas e arribas, reabilitação de infraestruturas e ações de adaptação climática, recorrendo a financiamento nacional, fundos europeus e ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, mas muito focados na região centro de Portugal. Foram igualmente identificados constrangimentos associados à dimensão dos prejuízos, à limitação de recursos disponíveis, à necessidade de enquadramento nas elegibilidades dos programas e à complexidade técnica e administrativa dos processos de candidatura e execução.

[não previsto na OT] No uso da palavra, Anabela Almeida alertou para a recorrência de atos de vandalismo nos passadiços da Ecovia do Litoral, em particular no troço compreendido entre Cepães e Rio de Moinhos, situação que, segundo referiu, se repete anualmente.

Foi salientado que o Município tem recebido diversos alertas por parte de munícipes relativamente aos danos provocados, os quais, para além do impacto estético, representam também riscos de segurança numa zona com elevada utilização pública.

Anabela Almeida referiu ainda que os custos associados à reparação dos passadiços são suportados anualmente pelo Município, considerando, por isso, necessário avaliar medidas complementares de sensibilização, informação e prevenção, de forma a reduzir a repetição destes comportamentos e minimizar os danos provocados nas infraestruturas da Ecovia do Litoral.

No uso da palavra, o Sr. Presidente, Carlos Silva, questionou se os atos de vandalismo tinham sido formalmente reportados e registados, salientando igualmente a importância de comunicação destas ocorrências à Guarda Nacional Republicana. Referiu ainda que, perante

a recorrência das situações descritas, uma das hipóteses a considerar poderá passar pela instalação de sistemas de videovigilância nas zonas mais afetadas da Ecovia do Litoral.

[*ponto 9.*] Raquel Leite deu conhecimento da abertura das candidaturas ao programa LIFE 2026, estruturado em quatro subprogramas: Natureza e Biodiversidade, Economia Circular e Qualidade de Vida, Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas e Transição para Energia Limpa.

No âmbito da apresentação, foram destacadas três tipologias de avisos atualmente abertos. Relativamente ao aviso LIFE-2026-SAP-CLIMA, foi referido que este apoia projetos tradicionais LIFE destinados ao desenvolvimento e demonstração de soluções inovadoras nas áreas da adaptação às alterações climáticas, mitigação climática e governação climática, com uma taxa de financiamento de 60% e uma dotação global de 60 milhões de euros.

Foi igualmente apresentado o aviso LIFE-2026-PLP-NAT-ENV, destinado a projetos associados a prioridades legislativas e políticas nos domínios da natureza, biodiversidade, economia circular e energia, no qual a Comissão Europeia define problemáticas prioritárias, cabendo aos proponentes identificar necessidades e soluções. Este aviso dispõe de uma taxa de financiamento de 60% e de uma dotação global de 18 milhões de euros.

Por fim, foi apresentado o aviso LIFE-2026-CET, dedicado à transição para energia limpa, apoiando ações de coordenação, capacitação, disseminação de conhecimento, eficiência energética e energias renováveis, incluindo apoio a municípios, edifícios, indústria e combate à pobreza energética. Foi referido que esta tipologia apresenta uma taxa de financiamento até 95% e uma dotação financeira global de 85,5 milhões de euros.

[*ponto 10.*] Questionando o estado da candidatura ao projeto do Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia em Biosistemas Costeiros (CVTT-BC), Raquel Leite informou que o processo se encontra ainda em fase de resposta aos pedidos de esclarecimento formulados pela entidade gestora, estando a preparação da resposta em curso até ao dia 20 de maio.

No uso da palavra, o Sr. Presidente, Carlos Silva, referiu ter abordado recentemente o assunto com o Professor Raúl Fanguero, esclarecendo que a área da antiga Estação Rádio Naval de Apúlia, prevista para instalação do projeto, continua afeta a utilização militar. Nesse contexto, informou que o Município já solicitou ao Ministério da Defesa a alteração da servidão militar existente, de forma a viabilizar a concretização da intervenção, aguardando ainda resposta.

Questionado sobre o ponto de situação do projeto, Raúl Fanguero referiu que a Universidade recebeu a avaliação da candidatura e os respetivos pedidos de esclarecimento, incidindo sobre diversos aspetos do projeto. Salientou que uma das questões mais relevantes se prende com a redução da taxa de financiamento inicialmente expectável, a qual passou de 85% para 65%, quer para a Universidade do Minho quer para o Município de Esposende, embora exista a possibilidade de reforço dessa taxa durante a execução do projeto, mediante o cumprimento de determinadas metas.

Carlos Silva salientou, contudo, que a principal preocupação neste momento reside na incerteza quanto à possibilidade de concretização do projeto, atendendo às condicionantes associadas à permanência de infraestruturas e servidões militares na área da antiga Estação Rádio Naval. Em resposta, Raúl Fanguero referiu que essa questão deverá ser clarificada com brevidade, adiantando que irá reunir com o Ministério da Defesa noutro contexto institucional, oportunidade que será aproveitada para abordar e procurar encaminhar esta matéria.

[Outros assuntos]

Em outros assuntos, foi dado conhecimento de que o pedido de emissão de despacho relativo à renovação do mandato da Comissão de Cogestão já foi remetido ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

Foi ainda dado conhecimento de que, no passado dia 3 de maio, foi capturado ao largo de Esposende, por uma embarcação local, um exemplar de lavagante (*Homarus gammarus*) de dimensões invulgares, com mais de 5,5 kg e idade estimada superior a 80 anos. Foi referido que o exemplar foi posteriormente acolhido pela Estação Litoral da Aguda, para integração e exibição no respetivo aquário público.

No que respeita ao Aviso AAC n.º 05/2025 – “Cogestão de Áreas Protegidas 2025–2026 – Componente II – Dinamização de Áreas Protegidas”, foi informado que a candidatura apresentada pelo Município de Esposende foi considerada elegível, não tendo, contudo, obtido dotação financeira. Foi ainda referido que a pontuação atribuída à candidatura no âmbito da Valia Global da Operação foi objeto de pronúncia em sede de audiência prévia junto do Fundo Ambiental, encontrando-se o Município a aguardar decisão final sobre o processo. No respeitante ao mesmo Aviso, foi informado que a Candidatura submetida pelo PNPG em parceria com o PNLN foi considerada elegível e com dotação disponível.

Carlos Ferreira apresentou o projeto do Arboreto Municipal, enquadrando-o como uma

iniciativa de valorização e gestão sustentável da floresta, criada na sequência do elevado abandono da gestão florestal e da necessidade de criação de espaços demonstrativos de boas práticas. No âmbito da apresentação, foi efetuada uma caracterização do estado inicial da área de intervenção, marcada pela degradação fitossanitária, presença de fungos, ausência de gestão e acumulação de material lenhoso, tendo sido descritas as principais ações já desenvolvidas, designadamente operações de limpeza do terreno, remoção de material lenhoso, desvitalização de cepos, plantação de espécies arbóreas, manutenção mecânica e motomanual e instalação de sinalética interpretativa com recurso a *QR codes*. Foi igualmente referido que o Arboreto Municipal pretende assumir-se como espaço de demonstração, sensibilização e valorização ambiental, promovendo a biodiversidade, a adaptação às alterações climáticas, a neutralidade carbónica e a sensibilização da comunidade para a importância da floresta, prevendo ainda componentes de visitação, educação ambiental, inclusão, património, arte e desporto. Por fim, foi salientado que o projeto continuará a ser desenvolvido em fases futuras, mantendo uma componente de experimentação e demonstração de soluções aplicáveis à gestão florestal sustentável. Na sequência da apresentação, Graça Fonseca solicitou informações adicionais sobre o projeto Arboreto e as várias atividades desenvolvidas, tendo o técnico do Município de Esposende referido que a informação se encontra disponível no site do Município. No final, Graça Fonseca destacou o interesse do projeto e felicitou a iniciativa.

Carlos Ferreira informou ainda que entre os dias 23 e 31 de maio decorrerá a Semana Ibérica das Espécies Invasoras, referindo que se encontra em preparação um conjunto de iniciativas associadas à efeméride, algumas das quais abertas à participação da comunidade. Salientou a importância de aproveitar a oportunidade para reforçar as ações de sensibilização e envolvimento público relacionadas com o controlo de espécies invasoras.

Por sua vez, Anabela Almeida informou que entre os dias 18 e 23 de maio decorrerá a Semana da Biodiversidade, iniciativa promovida pela Esposende Ambiente, E.M., e pelo Município de Esposende, dedicada à sensibilização ambiental, valorização da natureza e promoção da biodiversidade. Foi referido que o programa integra diversas atividades dirigidas à comunidade educativa e ao público em geral, incluindo oficinas criativas, workshops, teatro, exposições, documentários e atividades de contacto com a natureza. Foi ainda salientado que o encerramento da Semana da Biodiversidade, a 23 de maio, coincide com o início da Semana Ibérica das Espécies Invasoras, permitindo a articulação entre

ambas as iniciativas. Nesse contexto, Anabela Almeida informou que está prevista, no âmbito da Semana da Biodiversidade, a realização de uma oficina de construção de armadilhas para a vespa-asiática (*Vespa velutina*), integrada igualmente no programa da Semana Ibérica das Espécies Invasoras. Acrescentou ainda que se encontram previstas outras atividades ao longo da semana, culminando, no dia 30 de maio, com uma ação de controlo da espécie invasora *Baccharis halimifolia*, dirigida a grupos organizados.

No uso da palavra, Artur Viana informou que no próximo dia 15 decorrerá uma ação de voluntariado promovida pelo grupo DST, destinada ao controlo de espécies invasoras na zona da restinga.

Seguidamente, Fátima Escrivães deu conhecimento de que o programa PRO-RIOS 2030 – Restauro Ecológico de Rios e Ribeiras se encontra em fase de consulta pública, considerando pertinente a discussão do tema no âmbito da Comissão de Cogestão. Nesse contexto, passou a palavra a Raquel Leite para apresentação sintética do programa.

Raquel Leite apresentou o programa PRO~RIOS 2030, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., enquanto instrumento estratégico nacional para a recuperação ecológica dos ecossistemas fluviais em Portugal Continental, enquadrado nos objetivos do Regulamento Europeu do Restauro da Natureza e articulado com diversos instrumentos de planeamento e gestão dos recursos hídricos, biodiversidade e adaptação às alterações climáticas. Foi referido que o programa assenta em cinco eixos principais de intervenção: renaturalização de leitos e margens, remoção de barreiras à continuidade fluvial, controlo de espécies invasoras, valorização territorial dos espaços ribeirinhos e reforço do conhecimento e monitorização dos sistemas fluviais. Foi ainda salientado que o programa prevê uma meta de intervenção em 1.500 km de rios e ribeiras até 2030, com um investimento estimado de cerca de 180 milhões de euros, recorrendo a financiamento nacional e comunitário. Raquel Leite referiu ainda que, no âmbito do programa, se encontram já identificados projetos do concelho de Esposende, nomeadamente o projeto do Parque da Cidade e outro entretanto concluído, considerando, contudo, que faria sentido integrar e referenciar outras intervenções relevantes desenvolvidas no território, como projetos em Forjães, na Zona de Lazer do Zé do Rio e os estudos desenvolvidos pelo Eng.º Pedro Teiga no rio Cávado. Nesse sentido, propôs o reencaminhamento da informação para os membros da Comissão, solicitando contributos até ao dia 14 de maio, proposta que mereceu concordância dos presentes.

Por fim, Carlos Rio partilhou que recebeu recentemente dois visitantes norte-americanos ligados ao *birdwatching*, tendo um deles referido ser presidente de uma importante organização não-governamental ambiental dos Estados Unidos, dedicada ao desenvolvimento de ferramentas de monitorização de áreas em processo de renaturalização. No decurso da conversa, foi apresentado o *trailer* do documentário “Marouços, o Último Refúgio”, tendo sido salientado o interesse e relevância internacional do trabalho desenvolvido no território. Foi ainda referido que a referida organização, em parceria com a BBC e a *National Geographic*, prevê apresentar o documentário num evento internacional sobre renaturalização e proteção de pequenas áreas naturais, a realizar em Londres em setembro de 2027, destacando a importância ecológica e de valorização destas áreas de reduzida dimensão.

[ponto 11.] Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos do Regulamento de Funcionamento desta Comissão. Carlos Silva deu como concluída a reunião pelas onze horas e quarenta minutos, agendando a 52.ª reunião para dia 9 de junho pelas 10:00, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Esposende.